

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

William Simões Rangel Junior

EDUCAÇÃO SEXUAL:
Um estudo sobre liberdade e igualdade

Rio de Janeiro

2013

William Simões Rangel Junior

Educação Sexual: Um estudo sobre liberdade e igualdade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Vigilância em Saúde.

Orientador: Alexander Carvalho

Rio de Janeiro

2013

William Simões Rangel Junior

EDUCAÇÃO SEXUAL: um estudo sobre liberdade e igualdade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Vigilância em Saúde.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

(Alexander de Carvalho – EPSJV/FIOCRUZ)

(Flavio Henrique Marcolino Da Paixão – EPSJV/FIOCRUZ)

(Grasiele Nespoli – EPSJV/FIOCRUZ)

Dedico este trabalho a todos que, em algum momento de suas vidas, sofreram por suas expressões sexuais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de qualquer coisa, à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, que propiciou momentos únicos e incríveis, com pessoas ainda mais incríveis, durante esses três anos de curso.

Aos professores, inspetores, diretores e toda equipe da Politécnica, afinal, se essa é uma das melhores do país, com um projeto pedagógico que nos faz crescer como pessoas, é porque ela está sustentada por trabalhadores maravilhosos que fazem dela um modelo de escola.

À minha família, pelo apoio diário, pela Educação Sexual e por terem colaborado para o ser humano que sou hoje

Ao Grêmio Politécnico, por me fazer enxergar a educação e a sociedade de uma outra forma, colaborando de maneira única na minha formação política.

À minha turma, sociedade terceiro visa, por ser minha segunda família, me acompanhando nos melhores e nos piores momentos.

Aos meus amigos, em especial ao Gabriel Bertassone, Lucas Godinho, Julia Coli, Mariana Lira, Viviane Santiago, Hugo Yuji, Bruna Barbosa, e Leticia Sales, pelas gigantescas contribuições no meu projeto me ouvindo falar sobre sexualidade 24 horas por dia e por todas as situações memoráveis que passamos juntos.

Por último, e com certeza não menos importante, ao meu orientador, que virou um grande amigo, Alexander de Carvalho, por compartilhar sua inteligência e experiências, pelas majestosas aulas de filosofia que mudaram minha forma de ver o mundo, aceitar ser um companheiro na construção desse projeto, ler e corrigir minhas inúmeras versões do projeto e por ter se tornado uma das pessoas que mais admiro.

*“Ninguém nasce odiando outra
pessoa pela cor de sua pele, ou por sua
origem, ou sua religião. Para odiar, as
pessoas precisam aprender, e se elas
aprendem a odiar, podem ser ensinadas a
amar, pois o amor chega mais
naturalmente ao coração humano do que o
seu oposto.”*
(Nelson Mandela)

RESUMO

O projeto tem por objetivo avaliar como a Educação Sexual, por meio de uma nova abordagem, pode ser capaz de modificar realidades, desconstruindo mitos, tabus e preconceitos sobre sexualidades. Expõe a importância de um pensar autêntico, alcançado por meio de reflexões próprias, fugindo de imposições das diversas instituições sociais. Aborda o conceito sexualidade e sua influencia na vida de todos, apresentando-a como uma conceito mutável e construído historicamente, sendo contextualiza à cada época e em cada território. Aponta o papel da escola na Educação Sexual, a contribuição da família, a formação dos professores e como eles devem tratar esse tema. Traz exemplos dos mitos e tabus mais comuns sobre sexualidade, mostrando sua falta de embasamento e demonstrando como essas percepções podem ser facilmente transformadas com a Educação Sexual. Corroborando assinalando a importância da Educação Sexual na formação biopsicossocial de crianças e adolescentes. O trabalho foi construído com base em revisões bibliográficas, contando com livros, artigos, teses e etc.

Palavras-chave: Educação Sexual. Orientação Sexual. Sexualidade. Educação. Pedagogia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE.....	14
3 CAPÍTULO II: O PAPEL DA ESCOLA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	17
4 CAPÍTULO III: TABUS DA SEXUALIDADE.....	24
5 CONCLUSÃO: A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA A IGUALDADE ENTRE GÊNEROS E LIBERDADE SEXUAL.....	28
6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	30

INTRODUÇÃO

O objetivo mais amplo dessa pesquisa é avaliar a importância de uma nova organização no ensino atual sobre educação sexual e, com isso, desconstruir muitos mitos e tabus relacionados à sexualidade. Ela está dividida em cinco partes: introdução, capítulo I, capítulo II, capítulo III e a conclusão.

A primeira, a introdução, aborda os objetivos e a justificativa do projeto - que perpassam toda essa parte -, apresentando conceitos mais básicos sobre Educação Sexual e como ela vem sendo introduzida nas escolas brasileiras ao longo dos séculos.

A segunda, o capítulo I, trata do conceito de sexualidade e sua construção, demonstrando como ele não está engessado e que é passível de modificação, introduzindo também a importância da escola e da educação na formação do ser humano.

O capítulo II assinala qual o papel da escola na Educação Sexual, os limites da relação professor-estudante, a relação escola-família e quais características o professor deve possuir para tratar do tema.

O capítulo III demonstra alguns tabus e mitos relacionados à sexualidade, embasado na obra *Mitos e tabus da sexualidade humana* (FURLANI, 2009) e como a escola pode ser o espaço ideal na interpretação desses mitos. Ademais, também faz uma análise do livro *Os adolescentes e seus problemas sexuais: respostas de um médico cristão às perguntas inquietas dos rapazes e moças de hoje* (ORLANDI, 1997), que trata de sexualidade por um reducionismo binário, definindo o que é certo e o que é errado.

A conclusão, quinta e última parte, retoma a importância da Educação Sexual para a desconstrução de estereótipos, preconceitos etc., sendo um caminho na conquista da liberdade sexual e da igualdade de gênero.

O presente estudo, compreende que existem inúmeras interpretações acerca dos termos Educação Sexual e Orientação Sexual, como fora exposto por Carradore e Ribeiro (2004):

“Compreendemos educação sexual como um processo amplo, que se inicia com o nascimento, e inclui o aprendizado de todas as normas, valores, práticas, informações, atitudes, símbolos relacionados com a sexualidade de acordo com os padrões culturais da sociedade em que se vive. [...] Já a orientação sexual consiste num procedimento formal e sistemático, planejado e organizado para tratar de questões relativas à sexualidade humana, com vistas à fornecer informações

corretas e atualizadas, questionar mitos, tabus e preconceitos, refletir sobre aspectos de ordem afetiva e emocional, favorecer a reflexão sobre atitudes, valores, comportamentos e vivências no campo da sexualidade e, finalmente, contribuir para fomentar o sujeito sexual autônomo, que respeite a diversidade e seja livre para realizar as escolhas que mais lhe convenham nesse campo.” (CARRADORE; RIBEIRO, 2004; pág. 6)

Mesmo assim, durante o texto, muitas vezes, ambos os termos se misturam, apresentando o mesmo significado. Isso se deu porque, apesar das divergências terminológicas, este estudo está baseado na concepção de que, no seu cerne, tanto educação quanto orientação sexual apresentam o mesmo sentido.

A Educação Sexual começa, antes de tudo, no convívio familiar. Mesmo em famílias mais tradicionais, onde não há uma discussão direta acerca de sexo, as próprias ações e comportamentos criam noções e valores sobre sexualidade na criança e a escola não deve tentar concorrer com a família (SAYÃO, Yara, 1997). Mesmo entendendo a contribuição vital da família na formação sexual da criança, o estudo irá se orientar pela abordagem da Educação Sexual no âmbito escolar. Afinal, é na escola que há continuidade da educação fornecida pela família. Na escola a criança passa a conviver com pessoas de diferentes idades, sexos e opiniões, e é nesse convívio que seus valores e opiniões passam a ser questionados e qualificados. A escola deve contribuir com a discussão, apresentando novos pontos de vista sem impor valores ou verdades, mas preenchendo vazios de informação de modo ordenado e qualificado, uma vez que frequentemente as informações chegam de forma distorcida e inadequada. O papel da escola é promover reflexões em sala.

A escola, para muitos, torna-se uma “segunda casa”. Uma casa onde, muitas vezes, o estudante pode expressar seus sentimentos e o seu “eu” real, o que, em geral, não acontece com a presença de familiares. Atualmente, talvez devido à crescente luta contra a homofobia, que vem defendendo a igualdade de gêneros e garantindo maior segurança aos homossexuais, tornou-se muito mais visível jovens e adolescentes que fogem aos padrões binários (homem heterossexual e mulher heterossexual) da sociedade, como os jovens homossexuais, por exemplo. Esses, em geral, não podem expressar-se completamente em casa, então contam com o espaço escolar, onde estarão longe dos olhos dos pais. Essa repressão e medo por si só já são um caso complicado, uma vez que esses adolescentes deveriam estar completamente bem consigo, com seu corpo e sua sexualidade, mesmo dentro de sua casa. A situação, porém, pode ser ainda pior quando o espaço escolar torna-se mais um local inseguro, cheio de discriminações, preconceitos e brincadeiras maldosas, os conhecidos *bullyings*.

O preconceito sofrido por muitos jovens, às vezes, é tão forte que pode ser fatal. Ele, muitas vezes, é decorrente de uma construção social, na qual há apenas uma “forma correta” de ser e qualquer variação é levada como anormal. A Educação Sexual pode e deve trabalhar a desconstrução de tabus com os estudantes e até mesmo professores, transformando a escola, para assim transformar a sociedade em um ambiente reconhecedor e aceitador das diversas formas de expressar a sexualidade.

Diferentemente da educação em casa, onde o Estado não pode elaborar medidas de ensino ou interferir no modo como os pais educam o filho, na escola os conteúdos serão administrados por professores que irão adequar as matérias à bagagem cultural dos estudantes, levando em consideração sua condição socioeconômica, entre outros fatores. Deve-se deixar claro que Educação Sexual não pode ser encarada como uma matéria, não há provas nem reprovações. Esse tema deverá ser abordado como um Tema Transversal, ou seja, perpassando diversas disciplinas, justamente como é colocado nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) sobre Orientação Sexual.

A sexualidade na escola já é tema desde o século XVIII. Na época o foco era o controle da masturbação; no século XIX, das doenças venéreas e do aborto; já no século XX a abordagem era a capacitação de jovens para a reprodução de forma saudável. Somente em 1928 o Congresso Nacional aprova a proposta de Educação Sexual nas escolas. (ROCHA et al, 2008)

Mesmo após a aprovação legal, não obtivemos grandes progressos na área devido às influências das camadas religiosas. Nos anos 60, no mesmo período da revolução sexual, algumas escolas na região Sudeste tentaram dar um pontapé no ensino, mas logo em seguida sofreram ameaças e perseguições. Nos anos 70, o Estado volta atrás e define a família como responsável pela Educação Sexual. Somente na década seguinte o tema ganha mais força, por conta do expressivo crescimento nos casos de AIDS e da gravidez na adolescência. Em 1995 o Governo Federal insere a Educação Sexual nos PCN e na programação pedagógica (ROCHA et al., 2008).

Depois de muitas adversidades, a Educação Sexual foi institucionalizada, mas, infelizmente, não da melhor forma possível. Nosso ensino sobre sexualidade atual é usado somente para a prevenção de DSTs e gravidez. Essa educação torna-se, de certa forma, opressora ao ignorar o prazer, a estimulação de áreas erógenas e a importância da sexualidade para a vida, focando o estudo apenas nos aspectos higiênicos e reprodutores, em vez de ter uma abordagem biológica, psicológica e social – biopsicossocial (CARRADORE; RIBEIRO, 2004).

“Os adolescentes anseiam por conhecimentos, desejam que o mais experiente, não só lhes transmitam informações sobre o aspecto bio-fisiológico da sexualidade e da AIDS, mas que discutam com eles as questões afetivas e emocionais que permeiam o desenvolvimento físico, o relacionamento e a iniciação sexual, buscando continência para suas angústias num lugar onde se sentem seguros”(WAIDEMAN, 1977 apud CARRADORE; RIBEIRO, 2004; pág. 4)

É interessante observar que, mesmo em um país como o Brasil, onde a população é constantemente bombardeada com propagandas e piadas de conotação sexual, o sexo seja tão pouco abordado de uma forma pedagógica, que vá além de um simples atrativo comercial. A sexualidade tornou-se um produto para o capital na nossa comunidade contemporânea. As próprias escolas, em sua maioria, adotam uma metodologia calcada no modo de vida da sociedade capitalista, visando a produção de bens e objetos. “A produção econômica estendida às organizações sociais faz com que o importante nas pessoas seja o que elas produzem [...] Isso gera nas pessoas um sentimento de desumanização e alienação, pois sua natureza como “pessoa” é desconsiderada.” (CAMARGO; RIBEIRO, 1999)

O sexo foi industrializado, transformado em produto de consumo e *merchandising*. Os pais sempre falam de sexo e esperam ansiosamente pela primeira vez do filho, o que, aliás, não acontece quando se trata de uma filha. A sociedade, de uma forma geral, atualmente, está inserida em um contexto muito *sexualizado*, e tudo isso gera cada vez mais curiosidade.

A abordagem atual do sexo na sociedade, mesmo sendo tão pouco problematizado, é falar constantemente sobre ele, pois falar de sexo com crianças, jovens e adultos foi a forma encontrada de controlá-lo. Foucault, em *História da Sexualidade: a vontade de saber*, busca os reais motivos que levam a sociedade à falar incessantemente sobre sexo, acreditando na hipótese de que essa abordagem possui apenas um objetivo: institucionalizar e controlar o sexo. Ou seja, falar intensamente sobre sexualidade foi a forma que o mundo contemporâneo encontrou de vigiar, normatizar e controlar o sexo (CAMARGO; RIBEIRO, 1999).

Mesmo após a revolução sexual na década de 60 e com todo o conhecimento, sexo continua sendo um assunto desagradável para ser discutido publicamente. Isso demonstra uma relação conflituosa com os apetites do próprio corpo, uma vez que as pessoas sentem medo ou vergonha de falar sobre ele e seus desejos.

Desde que aprendemos a falar, buscamos respostas para nossas dúvidas sobre sexualidade, por mais que não saibamos exatamente sobre o que se trata. Porém, na adolescência -período de maior descoberta sobre o corpo, e também quando os hormônios sexuais começam a atingir níveis elevados-, além da vontade do saber teórico-prático sobre

sexualidade, somos abordados constantemente com menções diretas e explícitas sobre o sexo, o que cria ainda mais dúvidas na cabeça do adolescente.

O Marco Legal, divulgado pelo Ministério da Saúde, define adolescência e puberdade como:

“A adolescência é a etapa da vida compreendida entre a infância e a fase adulta, marcada por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial. [...] A puberdade é um parâmetro universal, ocorrendo de maneira semelhante em todos os indivíduos; já a adolescência é um fenômeno singular caracterizado por influências socioculturais que vão se concretizando por meio de reformulações constantes de caráter social, sexual e de gênero, ideológico e vocacional.” (BRASIL, 2005).

Não há como se esquivar, sempre surge aquela “pulga atrás da orelha” sobre o que há de tão bom no sexo. E muitas vezes, levados pelo momento, os jovens o fazem sem conhecimento. Se levarem em consideração só o que aprenderam na escola, não será sexo, será uma amostra de fricções consecutivas entre os órgãos genitais; se levarem em consideração só o que lhes é ensinado em família, pode vir a ser um ato sem proteção ou, pelo medo embasado na moral cristã, talvez nem aconteça. Carradore e Ribeiro salientam a importância de uma discussão *destigmatizadora* sobre sexualidade nas escolas, “Indicamos que é preciso rediscutir este tema na escola, distanciando-o da conotação negativa que sublinha a sexualidade como causadora de doenças sexualmente transmissíveis ou da gravidez indesejada na adolescência.” (2004, p.1)

Um estudo sobre sexualidade onde há apenas informações sobre camisinha, DST's, gravidez e todos os possíveis riscos presentes na prática do sexo, no qual não se fala sobre os outros inúmeros componentes da sexualidade, como prazer, relações de poder entre os gêneros, construção história e social da sexualidade, gera como única referência para o jovem sobre esse tema o medo. Medo de pegar as diversas doenças, medo da gravidez, medo do tão misterioso sexo (CARRADORE; RIBEIRO, 2004).

O entrave da Educação Sexual atual é como ela está inserida nas escolas, havendo apenas um estudo teórico, biológico e higienista sobre órgãos reprodutivos, métodos contraceptivos e DSTs. A sexualidade é estudada a partir de livros didáticos, com atenção principal à reprodução, não há menções ao prazer, clitoris, homossexualidade ou orgasmos (ALTMANN, 2009). Uma metodologia que não atrai os estudantes e não cria uma relação de interesse com eles. A proposta deste estudo é questionar o “porquê” de uma abordagem tão

simplista sobre a sexualidade e apresentar uma Educação Sexual que supra as dúvidas, preocupações e necessidades dos próprios estudantes, concentrando-se na perspectiva de libertação sexual. Portanto, uma abordagem puramente biológica, apenas com informações esporádicas e pontuais, excluindo os aspectos culturais, não cria uma identificação no estudante (TONATTO; SAPIRO 2002).

Segundo Carradore e Ribeiro,

“Os dados epidemiológicos atuais indicam claramente uma tendência à juvenização da epidemia no Brasil, ou seja, cada vez mais, as pessoas jovens estão se infectando com o vírus [HIV].(...) já é possível afirmar que apenas a posse de informação correta não é garantia de adoção de comportamentos preventivos.”(2004. p.2)

A proposta é que, além da abordagem de aspectos biológicos, tenha-se uma educação visando, também, o prazer, que leve em consideração a construção social sexual que advém de interações que ocorrem tanto no espaço escolar, como fora dele.

CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE

Sexualidade, nos termos expostos pelos PCN, é:

“Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes.” (BRASIL, 1997; pág. 73)

A sexualidade no Brasil do século XXI não é a mesma da do Brasil no século XVIII, que, igualmente, não é igual à da Índia. A sexualidade é construída e modificada com o tempo. “Cada sociedade legitima ou condena certa prática sexual, certos sujeitos, dependendo do entendimento momentâneo que tem sobre eles” (FURLANI, 2009; pág.11).

Nenhuma concepção acerca da sexualidade que possuímos hoje é imutável ou está protegida por alguma verdade absoluta. Tudo que conhecemos e como conhecemos é fruto de uma construção humana que foi se reinventando de acordo com o contexto histórico de cada época e em cada lugar, privilegiando, muitas vezes os grupos sociais com maior poder

“usando de seus discursos normativos, posicionam certos saberes como hegemônicos, muitas vezes, transformando a diferença ‘do outro’ em desigualdade social.” (FURLANI, 2009; pág 12)

“O discurso que inventa que constrói representações, positivas ou negativas, acerca dos gêneros, das sexualidades, das relações étnico-raciais, está em constante movimento e, portanto, passível de permanente crítica desconstrutiva. Isso é particularmente positivo e encorajador para aqueles que veem a Educação e a Escola como uma possibilidade e local de desconstrução e de construção de novos saberes” (FURLANI,2009; pág. 12)

Logo, a educação é um dos caminhos na reflexão das concepções atuais sobre sexualidade. Não necessariamente ocorrerá uma desconstrução de todas, talvez, após um trabalho de ponderação em grupo, perceba-se que a virgindade até o casamento é a prática mais adequada, mas então será a verdadeira opinião dos estudantes, e não fruto de uma imposição manipuladora. A liberdade, pois, é a melhor forma de se chegar a um pensamento autêntico.

Entendemos escola como um local que pode desconstruir um pensar sedimentado por pressuposições nunca postas em cheque, visando a construção de novos saberes, por meio de um pensar comprometido com a análise crítica desses pressupostos, podendo, assim, a educação escolar servir de auxílio na destruição das desigualdades sociais em vários níveis (FURLANI, 2009). Tomando este conceito de escola, a Educação Sexual escolar pode ser usada como meio de mudar e esclarecer visões preconceituosas acerca da sexualidade.

Mesmo em atividades propostas pelo governo existe certo “preconceito mascarado”, como é o caso da “Semana de Valorização da Paternidade”, desenvolvida pelo governo do Rio de Janeiro. Tal evento ocorre na segunda semana de agosto, na qual projetos e equipamentos municipais, que atuem com as crianças, devem desenvolver atividades visando a paternidade. Em um dessas propostas, foi realizado um debate, sobre o que é “ser pai” em uma escola municipal do Rio de Janeiro. Toda a dinâmica promovida pelo projeto era fundamentada em relações heterossexuais, em nenhum momento foi mencionada a existência da homossexualidade ou a possibilidade de pais do mesmo sexo terem um filho (ALTMANN, 2009).

O não contemplamento das diferentes formas de família pode sedimentar nos estudantes a concepção de que existe a família normal e a anormal. Dessa forma, eles

creceriam acreditando num pré-determinado modelo de família, o de dois pais heterossexuais, com filhos “do seu sangue”.

Atualmente, algumas escolas deixaram de comemorar o comum “Dia dos Pais” ou “Dia das Mães” e passaram a comemorar o Dia das Famílias, no qual a criança pode definir quais são as pessoas importantes para ela e que merecem uma exaltação. Essas escolas também trabalham com um conceito mais amplo de famílias, aposentando o já velho modelo cristão de família. Esta proposta torna-se mais abrangente ao englobar as crianças órfãs, com dois pais, duas mães, criadas por parente etc. Evitando, dessa forma, uma segregação das crianças que não iriam sentir-se representadas. (ROCHA et al, 2008)

Podemos perceber, analisando a história de diferentes sociedades e de diferentes épocas, que a nossa sexualidade não possui um pacote de conceitos fixos e pré-concebidos. Por isso, a sexualidade, assim como nossos conceitos sobre ela, é historicamente construída. Compreendendo a historicidade da sexualidade, pode-se intuir que temáticas como incesto e virgindade possuirão diferentes aspectos em cada sociedade, época e contexto. O incesto, por exemplo, é um tabu inscrito na sociedade há séculos, por mais que existam algumas culturas que o permitam. A proibição desta prática está permeada de preceitos morais, sendo duramente condenada pela religião judaico-cristã. Nas famílias reais no Antigo Egito, no Haváí e no Império Inca, por exemplo, o casamento entre irmão era socialmente reconhecido. Até mesmo o conceito de beleza ocidental, que idolatriza a mulher branca, com cabelos lisos, nariz fino e um corpo “sob medida”, não é unânime em todas as culturas. Os Yapese, habitantes de uma ilha nas Carolinas, por exemplo, apreciam o escurecimento dos dentes como um atrativo sexual (FURLANI, 2009).

Muitas atitudes do nosso dia a dia são reflexos de séculos de falsas concepções sobre a sexualidade. Um exemplo muito comum é a *angelização* da mulher/mãe; um homem que trai é visto apenas como desonesto pela sociedade porque já é de sua “natureza” ser “conquistador”. No entanto, uma mulher que trai é vista com maus olhares pela sociedade e é transformada em “escória”. Mesmo mulheres mais ativas sexualmente e possuidoras de um maior conhecimento sobre sexo são tidas como “safadas”, o que não acontece com os homens, que devem saber tudo sobre sexo. Até o século passado, as mulheres não podiam sentir prazer no sexo, e se sentissem eram consideradas ninfomaníacas (LINS; BRAGA, 2009). Essas concepções, com o tempo, acabam criando divisões sociais entre os sexos. Ainda temos ideais machistas na nossa sociedade que, muitas vezes, são incorporados pelas próprias mulheres.

Diversos autores, como Regina Rocha, Helena Altmann, Jimena Furlani e Carlos José Martins, acreditam que o ensino pontual da educação sexual, dentro de livros sobre o tema da reprodução, apenas no 8º ano do Ensino Fundamental, não é suficiente para suprir todas as necessidades dos adolescentes. Há muito mais além de meras explicações biológicas e higiênicas sobre o sexo, temas como orgasmos, prazer na relação e diferentes gêneros sexuais devem merecer ter um espaço maior na educação de adolescentes tão *sexualizados* (que estão em um período de descoberta, período no qual passam a ver o seu corpo como seu).

Sob a visão cristã mais ortodoxa, qualquer prazer sexual dentro e fora do casamento é considerado um pecado nefasto e passa a ser diretamente relacionado com o mal. É necessário desvincular a nossa sexualidade de repressões e conceitos que nos condicionam a padrões sexuais e não exploram o sexo além de sua necessidade reprodutora, pois apenas assim será possível uma educação realmente libertadora. A pesquisa visa o maior conhecimento do corpo, de tal modo que o indivíduo possa escolher um modo de proceder frente ao sexo ao invés de ser obrigado a um proceder específico. Ele pode, aliás, escolher o sexo com meros objetivos reprodutivos, mas, nesse caso, a opção será fruto de sua liberdade de escolha, não de mera opressão familiar ou social.

CAPÍTULO II: O PAPEL DA ESCOLA E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES.

“A educação sexual deve ser contextualizada, as ações devem ser pensadas a partir da realidade da escola, diretores/as, professores/as, alunos/as e ainda dos pais ou responsáveis” (ROCHA et al., 2008).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são os princípios norteadores sobre o que deve conter a grade curricular de uma instituição de ensino. Eles foram elaborados pelo Ministério da Educação, com o propósito de ser o ponto de partida, servindo como base para o Projeto Político Pedagógico de cada instituição. Tal material, por entender que o ensino deve estar contextualizado com a realidade social de cada escola, não tem por objetivo determinar o que ou como será trabalhada a metodologia educacional em cada instituição, mas sim orientar na sua construção.

Dentro dos PCN existem os Temas Transversais, temas que devem ser abordados pelas diversas disciplinas, como o nome diz, temas que devem ser transversalizados. Entre esses temas está a Orientação Sexual, no qual são definidas diretrizes para o enfoque do assunto. O documento é esclarecedor, define sexualidade na infância e na adolescência,

Orientação Sexual na escola, a postura do educador, a relação escola-família, entre outros assuntos (BRASIL, 1997).

Nesse capítulo são definidos alguns objetivos gerais, que devem ser alcançados ao fim do ensino fundamental, o respeito à diversidade de valores, conhecimento do seu corpo, conhecer e adotar práticas de sexo protegido, por exemplo, estão entre esses objetivos. Tais objetivos são pautados no exercício da cidadania, no respeito por si e pelo outro, garantindo direitos básicos a todos (BRASIL, 1997).

Infelizmente, mesmo com tais diretrizes, a abordagem da Orientação Sexual nas escolas foge completamente ao que é exposto nos PCN. Ele demonstra que esse tema deve estar contextualizado à realidade de cada escola, deve ser um trabalho contínuo e sério, com metodologias definidas, na qual a opinião do estudante é levada em consideração e colabora para o estruturamento do projeto (BRASIL, 1997).

Na prática, o que muitas escolas consideram como Educação Sexual é falar vagamente sobre os órgãos reprodutores, métodos contraceptivos e DST/AIDS (ALTMANN, 2007). Uma proposta puramente higienista e biológica, que não enquadra o exercício da sexualidade com prazer e responsabilidade, vai totalmente contra a Orientação Sexual, mantendo tabus e preconceitos no estudante, impedindo o exercício de sua sexualidade com liberdade.

Este capítulo, o papel da escola e a formação dos professores, busca esclarecer quais são os papéis da escola no que tange à Educação Sexual, qual a participação e limites do professor nesse processo, trabalhando com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), base norteadora de qualquer trabalho nos colégios, e com diversos outros autores, com pontos a favor e contra a implementação da Educação Sexual nas escolas.

Antes de qualquer coisa, é necessário desconstruir a ideia do “vir-a-ser”. Segundo Camargo e Ribeiro (1999), “a escola trabalha com a ideia do vir-a-ser, em que a criança vai atingindo etapas de desenvolvimento previamente esperadas e idealizadas [...]. Cada fase determina o sucesso da fase seguinte e o fracasso implica exclusão.” A real concepção que deveria ser a base do trabalho pedagógico é a do “devir”, como explica Katz:

“o vir-a-ser já é determinado antes de ser inscrito num sistema determinista. Enquanto o devir não é necessidade, mas produto de encontros e acasos [...] se constitui de multiplicidades em processo, diferença enquanto o que experimenta a vida. Infância é o encontro do que se transmuta permanentemente [...]”(1996 apud CAMARGO; RIBEIRO, 1999; pág.36)

Ou seja, não deve existir uma predeterminação sobre a criança, um caminho fixo que deva ser sumariamente seguido. A construção de suas opiniões está sujeita aos inúmeros encontros que ela terá, sedimentando suas concepções.

“a idéia do devir está ligada à possibilidade ou não de um processo se singularizar. Singularidades femininas, poéticas, homossexuais, negras, etc. podem entrar em ruptura com as estratificações dominantes. Para mim esta é a mola-mestra da problemática da multiplicidade e da pluralidade, e não uma questão de identidade cultural, de retorno ao idêntico, de retorno ao arcaico [...] eu oporia à idéia de reconhecimento de identidade uma idéia de processos transversais, de devires subjetivos que se instauram através dos indivíduos e dos grupos sociais” (Guattari, in: Guattari e Rolnik, 1993 apud CAMARGO; RIBEIRO, 1999; pág. 37)

Deve-se considerar que a Educação Sexual é muito mais que passar informações, ela não deve ser estruturada como mais uma matéria, entre tantas já existentes, conteudista. Ela deve estar presente, de forma natural, nas diversas disciplinas, sendo trabalhada por cada professor. Por isso a perspectiva pedagógica do devir é de suma importância na prática da Educação Sexual, pois não se pode criar parâmetros sobre qual será a opinião dos adolescentes sobre determinado assunto. Cabe aos professores de todas as disciplinas, e não só da Educação Sexual, amparar o estudante no seu processo de formação e não moldá-lo segundo seus valores. Cada estudante deve ser considerado único, possuindo cada um suas próprias realidades, ideais e história de vida.

Educar para o bom exercício da sexualidade, caso feito sem o devido cuidado e metodologia, pode acabar indo para o caminho oposto do pretendido, como exposto por Louro (1997):

“em relação à sexualidade e às relações de gênero, a escola não só reproduz, mas também produz a norma e as diferenças. Nas suas práticas rotineiras, de maneira sutil, fabricam-se homens e mulheres heterossexuais, e em contrapartida, fabrica-se também o sexismo e a homofobia.” (LOURO, 1997 apud CARRADORE; RIBEIRO, 2004; pág. .8)

Nem todas as opiniões estão a favor da orientação sexual, para Guidão, por exemplo, “em se tratando de questões relativas à sexualidade a escola nada ou quase nada pode fazer”. Para ele, a sexualidade está além das experiências educacionais ou do controle de suas

manifestações; o adequado seria “deixar que a sexualidade surja para toma-la em consideração”. (1997, apud CARRADORE; RIBEIRO 2004, pág. 10).

A escola não deve manipular ou impor valores aos jovens, o papel dela deve ser o de expandir o conhecimento do estudante, preparando-o para as diversidades existentes no mundo. A partir do debate o jovem poderá refletir, criando seu próprio ponto de referência, seus valores. Nietzsche, em seu livro *Além do bem e do mal*, escreve algo que continua atual:

“Os pais fazem dos filhos, involuntariamente, algo semelhante a eles – a isso denominam ‘educação’ – nenhuma mãe duvida, no fundo do coração, que ao ter seu filho pariu uma propriedade; nenhum pai discute o direito de submeter o filho aos seus conceitos e valorações. (...) É assim como o pai, também a classe, o padre, o professor e o príncipe continuam vendo, em toda nova criatura, a cômoda oportunidade de uma nova posse.” (NIETZSCHE, 2005; pág. 192).

O ideal é que seja empregada uma metodologia participativa, onde as atividades são pensadas e construídas pelos próprios sujeitos participantes do processo (CAMARGO; RIBEIRO, 1999). É de fundamental importância perceber que um dos pontos falhos no modelo atual de Orientação Sexual, como é trabalhado em diversas escolas, é não criar nenhum interesse, por isso os jovens não se identificam com o que está sendo apresentado. Nesse aspecto, a metodologia participativa é de total importância, uma vez que integra o estudante na produção do conteúdo.

Um cuidado que deve ser tomado é estabelecer claramente os limites entre o educador e o educando. O papel do professor não é atuar como um psicólogo, apesar de ser necessária uma relação de confiança estudante-professor, ele não pode se comprometer pessoalmente com o estudante, pois ao dar sugestões estaria influenciando diretamente a vida do adolescente e poderia ser responsável por um ato do estudante que fosse baseado nessas sugestões. A integração das experiências dos estudantes deve ser feita sem grandes exposições.

É necessário entender que o sexo também é prazer, é papel do educador orientar os jovens para um exercício prazeroso e responsável da sexualidade (SAYÃO, Rosely 1997). Compreendendo os muitos bônus e ônus, que podem ocorrer sem as devidas precauções, o papel do professor no projeto de Orientação Sexual é reafirmado nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

“O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual.” (BRASIL, 1997, p. 84)

O adolescente sente, precisa, quer e faz sexo, e, normalmente, se pega pensando “naquilo” (SAYÃO, Rosely 1997). Ele sente necessidade de conhecer o corpo, na sua forma mais ampla, nos aspectos biológicos, eróticos, culturais e psicológicos. Entender as mudanças que ocorrem no seu corpo durante essa fase é importante para que ele possa aceitar melhor a si mesmo, como é dito dentro do texto do próprio PCN, ao abordar a Orientação Sexual:

“A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, a sexualidade é entendida como algo inerente, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Além disso, sendo a sexualidade construída ao longo da vida, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito.” (BRASIL, 1997, pág. 81)

Com cada vez mais pré-adolescentes grávidas, a orientação por práticas sexuais mais responsáveis é de absoluta importância. Na Brasil, em pleno século XXI, “uma adolescente brasileira tem mais probabilidade de engravidar (acontece com 14%) do que de se formar em uma faculdade, pois hoje, segundo o IBGE, só 7% das mulheres possuem diploma de curso superior.” (QUARESMA DA SILVA; GUERRA; CALAO, 2010) Obviamente, o conteúdo e forma de abordagem devem estar adequados às faixas etárias e ÀS as condições de cada estudante (ROCHA et al., 2008).

Sobre a formação dos professores, sobre quem pode ou não lecionar Educação Sexual, deve-se desconstruir o senso comum de que o professor de Biologia é o mais adequado para

atender e sanar as necessidades dos estudantes sobre a sexualidade. Na verdade, qualquer professor que tenha interesse e disponibilidade para tal está apto a dar aulas de Educação Sexual. Claro que é necessário entender alguns processos biológicos, como fisiologia da reprodução e anatomia dos órgãos sexuais, por exemplo, e ter conhecimento sobre o tema, mas essa não é uma competência específica dos professores de Biologia (SAYÃO, Rosely, 1997)

“O educador interessado deve entrar em contato com as questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas e suas diversas abordagens, assim como ter acesso a um espaço grupal de supervisão do trabalho realizado. Esse espaço deve ser sistemático para que seja possível acompanhar as dificuldades ao longo do percurso. Cursos apenas teóricos não abarcam as questões que surgem nas aulas com as crianças e jovens. O grupo de supervisão constitui-se num espaço de reflexão de valores e preconceitos dos próprios educadores – o que é imprescindível para que não haja imposição de valores pessoais ou julgamentos moralistas no trabalho com os alunos.” (SAYÃO, Yara, 1997; p. 115)

O profissional que deseja abordar o tema com os estudantes deve estar aberto a novos pontos de vista, que podem muitas vezes ser contrários aos seus; deve passar confiança e estar próximo dos estudantes e deve suspender seu juízo de valor quando conversa com os jovens. Esse profissional é um ponto crucial para o processo, suas abordagens e posturas podem definir a eficácia do programa.

Mesmo sendo muito importante, querer e poder não são suficientes. É necessário para a preparação do educador sexual a formação em temas relativos à sexualidade e ele precisa ter interesse em se envolver com esses temas. Nem sempre os profissionais querem tratar de assuntos que abordem sexualidade e isso deve ser respeitado. É necessário também que esse profissional já esteja inserido na escola, que possua boa relação com os jovens e que possa trazer o tema de uma forma descontraída, sem as formalidades do meio científico.

Muitas vezes, mesmo para o professor que tem interesse em trabalhar com a Educação Sexual, essa é uma tarefa difícil, pois, para muitos, pode ser que o tema sexualidade, ainda que muito recorrente, seja algo sem aprofundamento, sem muitas explicações. Por isso, às vezes, torna-se difícil passar um “conteúdo”, quando nem o próprio professor teve acesso a uma formação adequada sobre o assunto. “Os cursos de formação inicial de professores não preenchem satisfatoriamente uma lacuna profissional importante para o licenciado, que seria

capacitá-lo em Educação Sexual, e tampouco integram diferentes áreas do saber” (BIANCON, 2005; p. 12).

Para que se tenha sucesso no projeto de Orientação Sexual é necessário que haja um acompanhamento sistemático do trabalho dentro da escola, esse acompanhamento pode ser feito pelo próprio corpo docente, sendo usado também para discussões e reflexões dos valores de cada professor. Figueiró (2001b apud CARRADORE; RIBEIRO 2004), também fala desse acompanhamento, chamado por ele de assessoria:

“ficou comprovado que, para a eficácia da formação continuada de professores em Educação Sexual, é preciso seguir o modelo reflexivo de formação, no qual são valorizados a experiência, a história de vida, a prática pedagógica, o saber construído pelo professor e o exercício de reflexão em grupo. É importante que o trabalho de formação seja longo e sistemático e que a prática seja acompanhada de assessoria. Proponho que haja investimentos (ligados ao campo da sexualidade) no desenvolvimento profissional do professor e, sobretudo, no seu crescimento pessoal. Que ele seja considerado como indivíduo que necessita de reeducação sexual dos alunos.” (pág. 14)

Várias universidades promovem cursos de extensão na área da sexualidade. A Secretária Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro possui um projeto de orientação sexual, que tem por objetivo a formação de professores para atuar junto aos alunos na orientação sexual. O nome do projeto é POS (Programa de Orientação Sexual), que, além de desenvolver ações no campo da sexualidade, também trabalha na prevenção do uso de drogas ilícitas (ROSISTOLATO, 2009).

Esse programa possui um foco maior na formação de professores atuantes dentro dos NAMs (Núcleo de Adolescentes Multiplicadores). O NAM tem por objetivo suscitar o debate entre os alunos sobre diversos temas relativos à juventude, entre eles a sexualidade. O que norteia esses núcleos é a ideia de que o adolescente pode, muito mais facilmente, espalhar o seu aprendizado no seu grupo de convívio. Já que ainda não existe um programa de educação sexual realmente efetivo, esses jovens são responsáveis por multiplicar o seu conhecimento com o resto da escola e com o seu grupo social (ROSISTOLATO, 2009).

O não exercício de uma Orientação Sexual na escola, negando a sexualidade dos estudantes, já se apresenta como uma educação “anti-sexual”, formando cidadãos que perpetuarão das mesmas ideias baseadas no senso que lhes foi passado, continuando com as desigualdades de gênero, acirrando padrões de homens e mulheres, como também um suposto

papel para cada qual. Biancon, em seu artigo sobre Educação Sexual na escola, esclarece a sua definição de uma “educação anti-sexual”:

“Pode ser considerada educação anti-sexual aquela que agrega um conjunto de idéias e valores trazidos pelos educandos, vindos do meio onde eles vivem, o que inclui os amigos, a família e outras comunidades de convívio, como a igreja, que não se enquadram dentro do ideal do conhecimento de sexualidade humana. Isso impede que eles tenham oportunidade de conhecer todos os aspectos que envolvem a sexualidade, sejam biológicos, psicológicos e sociais, e faz com que se tornem pessoas preconceituosas, carregadas de tabus e resistentes a novas informações.” (2005; p. 2)

CAPÍTULO III: MITOS E TABUS SOBRE A SEXUALIDADE.

O termo mito sexual pode ser compreendido como o conjunto de “concepções errôneas e falácias criadas a partir de rumores, superstições, fanatismo ou educação sexual falha.” (FURLANI, 2009; p. 18).

Este capítulo tem como principal base teórica o livro, que pode ser considerado uma leitura obrigatória para os que buscam entender melhor como funcionam e por que ainda existem ideias tão fantasiosas sobre sexualidade, *Mitos e tabus da sexualidade humana*, de Jimena Furlani.

Um dos maiores problemas relacionados à sexualidade na sociedade, e que está presente há séculos, é o reducionismo binário ao se tratar de relações sexuais, onde há o “belo e justo e aquele que não é”. “De acordo com as qualidades particulares que lhes pertencem: um comporta virtude, amizade, pudor, fraqueza, estabilidade; o outro comporta excesso, ódio, impudor e infidelidade.” (TIRO apud FOUCAULT, 1985). Sendo o primeiro as heterossexuais de acordo com um padrão de “conduta sexual”, e o segundo qualquer variação que fuja a esse padrão de belo e justo.

Em boa parte das leituras sobre sexualidade, é difícil encontrar citações sobre homossexualidade, relações de gênero, clitóris e prazer. No livro *Os adolescentes e seus problemas sexuais: respostas de um médico cristão às perguntas inquietas dos rapazes e moças de hoje*, de Alfredo Orlandi, por exemplo, não encontramos em nenhuma de suas 91 páginas a palavra clitóris, nem no próprio capítulo sobre “Anatomia e função dos órgãos sexuais”, que fala especialmente sobre os órgãos sexuais masculinos e femininos. Até mesmo

a palavra prazer é encontrada poucas vezes, e sempre demonstrando uma abordagem depreciativa, nunca mencionando seus valores positivos.

O livro está baseado em uma clara postura religiosa onde o sexo não encontra o prazer, possuindo relação apenas com a reprodução, como fica claro no trecho: “A sexualidade também não pode ser usada de maneira desordenada, como ‘objeto de prazer’ sem regras morais: ela deve ser orientada para o amor e para a vida, conforme um claro projeto unitivo e procriativo (união e procriação).” (1997; p. 9)

Ao adotar a abordagem do tema sexualidade apenas pelo viés religioso, com vistas à reprodução, ignorando outros aspectos fundamentais, que também estão além do prazer, aspectos mais universais, como a igualdade entre os gêneros e a liberdade sexual, também está se educando para uma vida “anti-sexual”, usando os termos de Mateus Baicon.

Um foco que não aborde sexualidade de uma forma ampla funciona exatamente como uma corrente que te aprisiona em verdades absolutas, as quais você não pode questionar, deve apenas reconhecê-las e segui-las. Citando a ilustre e imortal Rosa Luxemburgo: “Quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem.”; movimento para manifestar-se contra esses dogmas absolutos é justamente uma Educação Sexual plena, ampla e plural.

O livro de Alfredo Orlandi nos coloca outras questões importantes, tomando sempre por base uma visão binária, manipulando a realidade e a enquadrando em dois postos: o certo e o errado. Segundo ele, a homossexualidade (ainda chamada de homossexualismo em seu livro, onde o sufixo - ismo representaria algum tipo de distúrbio) é “uma forma anormal de amar” (1997; p. 67). Na sua interpretação o homossexual merece a atenção da comunidade a qual pertence, pois seria de interesse dessa população “impedir que ele envolva a vítima que escolhera” e também para ajudar o próprio homossexual que “como pessoa doente, deve ser compreendido, ajudado, curado e amado.” (1997; p. 69).

É possível também perceber argumentos do senso comum que, quando analisados mais profundamente, apresentam muitos outros significados escondidos nas entrelinhas. Por exemplo, no seu primeiro capítulo, Orlandi diz que, devido a um falso conhecimento sobre a sexualidade, podem surgir “conversas irreverentes e obscenas sobre a mulher”, quando, na verdade, essa atração pela mulher deveria ser respeitosa e pura. Porém, segundo ele, a mulher também tem sua culpa, pois ela deveria saber como merecer esse respeito, caracterizando o mesmo tipo de argumento que usam para culpar a vítima do estupro, quando dizem que aconteceu porque “a mulher estava com uma roupa curta” ou porque “estava na rua de noite”.

A sexualidade é construída historicamente. Ao longo dos séculos, em cada época e em cada lugar, havia uma concepção diferente sobre o que viria a ser sexualidade, o que era normal e o que era anormal, o que era bonito e o que era feio (CAMARGO; RIBEIRO, 1999).

Tendo essa concepção em mente, da sexualidade como produto das relações sociais em cada época – ou vice-versa-, torna-se mais fácil entender as diferentes perspectivas sobre o sexo presentes até hoje. Roberto da Matta afirma que “a masculinidade, em oposição à feminilidade deve ser comprovada a todo momento, de forma que os homens não são, estão homens e podem ter seu estatuto contestado caso assumam quaisquer atitudes consideradas femininas” (1997 apud ROSISTOLATO, 2010). Isso pode ser facilmente comprovado quando, em uma roda de amigos, todos deboçam de um homem porque ele prefere ver uma novela a ver um jogo de futebol, considerado o esporte símbolo da masculinidade.

Muitos dos mitos e tabus presentes no nosso cotidiano são baseados em ideais religiosos e muitas vezes machistas, que buscam reprimir o direito da mulher ao prazer, enquanto ao homem é aceitável qualquer comportamento. Um dos exemplos mais marcantes dessa repressão é o tabu da virgindade feminina, usado há séculos para dominar a sexualidade da mulher, criando uma espécie de “himenolatria”, de acordo com a qual a mulher, para ser pura e digna, deve ser casar virgem (FURLANI, 2009). Há uma supervalorização da virgindade feminina, como se a mulher tivesse mais valor se for virgem. Notemos que, mesmo que a regra também sirva para o homem, que deveria casar-se virgem, a cobrança é muito maior sobre a mulher, pois no homem existiria uma “necessidade” inata de experimentação sexual, e que poderia ser compreendida.

“Precisa cair urgentemente por terra a idéia de que a ‘perda’ da virgindade transforma a mulher num objeto de consumo que perdeu o valor, tendo que ser vendido de ‘segunda mão’. A constatação de que o garoto ganha em consideração, ao ter uma relação sexual, enquanto a garota vira uma ‘pecaminosa’, representa um desafio a qualquer princípio de lógica.” (Roberto Wusthof apud FURLANI, 2009; p. 143)

No que tange aos homens, um dos mitos que mais os atormentam, jovens ou adultos, e que é constantemente abordado pela mídia é sobre o tamanho do pênis. Esse mito pode estar baseado na falsa percepção, falocêntrica e machista, de que o prazer da mulher depende, necessariamente, do pênis, e que quanto maior ele for mais prazer ela sentirá. Ou então seria mais um tentativa de provar sua masculinidade usando o tamanho do seu órgão sexual,

criando uma escala na qual quanto maior o seu pênis, “mais homem” você é (FURLANI, 2009).

Estudos indicam que o tamanho médio do pênis está entre 11 cm e 14 cm, sendo considerado apenas micropênis os com tamanho inferior a 9 cm. A vagina, por sua vez, varia sua profundidade entre 8 cm e 15 cm, dependendo do nível de excitação da mulher, sendo que a parte mais sensível da vagina estaria nos 5 primeiros centímetros. (LINS; BRAGA, 2009) Ou seja, mesmo com um micropênis, o homem ainda seria capaz de propiciar prazer à mulher, sem contar, é claro, que existem inúmeras outras formas de se chegar ao orgasmo sem ser, necessariamente, com a penetração vaginal, que, aliás, não é a forma mais comum de a mulher chegar ao orgasmo (FURLANI, 2009). O casal pode optar também pelo sexo oral, anal, ou até mesmo pelos brinquedos sexuais, todos esses também alvos de tabu na nossa sociedade.

Em uma sociedade heteronormativa e com fortes ligações religiosas, o sexo oral e anal, ambos não passíveis de reprodução, são ignorados ou até mesmo contestados. O sexo oral consiste na utilização da boca, lábios, língua e cavidade da garganta visando a estimulação do parceiro (a). Já o sexo anal é praticado estimulando a área do ânus com a penetração ou através do sexo oral (FURLANI, 2009).

O prazer decorrente do sexo anal ainda gera muitas dúvidas e muitas vezes é relacionado à práticas homossexuais. Como é impossível fecundar o óvulo pelo sexo anal, assim como pelo oral, essa prática é alvo de muitas críticas, que usam o argumento da não fecundidade para deslegitimá-lo.

Assim como ocorre com o sexo anal e oral, a masturbação, hoje bem mais aceita, e os brinquedos sexuais também são alvos do fundamentalismo conservador de uma parcela da sociedade. Ambos são sempre relacionados de alguma forma com a falta de parceiro(a) ou com a solidão, como se a autoestimulação fosse realizada apenas por pessoas tristes e carentes. Vale a pena ressaltar que a masturbação novamente é um tabu maior para as mulheres do que para os homens. Hoje em dia já é considerado normal um adolescente homem se masturbar, mas quando a mesma coisa acontece com uma adolescente, a reação é completamente diferente. Como se a mulher, ao descobrir que pode sentir prazer sem o homem, com a masturbação, perdesse um pouco da sua pureza, destruindo sua imagem “angelical” - como já dito anteriormente sobre a *angelização* da mulher-.

“A repressão da sexualidade feminina resulta de uma organização social em que as mulheres são, de fato, possuídas, controladas e trocadas como presente pelos homens, um sistema com um efeito profundo na configuração social das relações heterossexuais. Se o tráfico de mulheres praticado pelos homens soa como um raro ritual nativo, sugiro que se lembrem do curioso costume no qual o pai conduz a noiva ao altar...” (Gayle Rubin apud FURLANI, 2009; p. 88)

Retomando o livro de Alfredo Orlandi, a masturbação é duramente combatida por ele, que indica aos jovens a não prática, pois a masturbação seria “uma distorção da sexualidade para fins egoístas, uma desordem ligada na maioria dos casos ao estado de imaturidade psicoafetiva do adolescente, que deixa nele (ou nela) uma sensação de insatisfação, de amargura e frustração.” (1997; p. 66)

A Educação Sexual proposta por essa pesquisa vai totalmente contra esse tipo de postura frente ao sexo. O projeto de Educação Sexual defende uma reflexão sobre o tema, por meio de debates ou atividades lúdicas, feita pelo próprio estudante e assim, após essa reflexão, ele poderia escolher de que forma agiria e manifestaria sua sexualidade. Não podemos eternizar as opiniões impostas pelos pais, professores, instituições sobre os filhos, numa postura do vir-a-ser. Carecemos de uma nova postura para com a sexualidade, adotando a pedagogia do devir, na qual o próprio estudante chegaria, após suas experiências, à sua forma de abordar o tema.

CONCLUSÃO: A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA A IGUALDADE ENTRE GÊNEROS E LIBERDADE SEXUAL.

“No one is born hating another person because of the color of his skin, or his background, or his religion. People must learn to hate, and if they can learn to hate, they can be taught to love, for love comes more naturally to the human heart than its opposite.”¹ (MANDELA, 1995)

Um dos entraves no caminho da Educação Sexual está relacionado ao governo brasileiro que, contraditoriamente, possui os PCN como excelente base norteadora de trabalho e a Lei nº 60/2009 (BRASIL, 2009) que estabelece a adoção de educação sexual no ensino

¹ Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto (tradução nossa).

básico e ensino secundário, mas não possui uma fiscalização sobre como está prática é adotada e se é adotada nas escolas.

Possuímos, no Brasil, diversos estudos que, junto aos PCN, corroboram para uma maior atenção e engajamento quando o assunto é sexualidade nas escolas. Infelizmente, muitas instituições querem “moldar” o jovem de acordo com suas perspectivas, apontando uma única verdade, como é o caso do livro de Alfredo Orlandi (1997), que, baseado na moral cristã, expõe aos jovens como eles devem agir frente à sua sexualidade, determinando o certo e o errado, sem deixar espaço para uma construção autêntica do saber pelo adolescente. Por esse motivo, entre outros, a Educação Sexual nas escolas ainda hoje é vista como uma prática depravada, pois ela, além de tratar do sexo -que seria um absurdo-, é uma caminho para a liberdade das amarras sociais que definem o que pode ou não ser feito.

Ao longo do texto, inúmeras vezes, fora reiterado o papel da educação na desconstrução de preconceitos, diminuindo o machismo, assim como a homofobia, transfobia, etc. propiciando o desenvolvimento de uma sociedade mais cultural e entendedora das diferenças, sociedade essa onde cada um poderá expressar sua sexualidade com liberdade.

A frase que abre esse capítulo sintetiza o conceito de escola adotado e defendido durante a pesquisa, concebendo-a como um espaço de renovação, descobertas, reflexão e aprendizado, que, acompanhada de uma Educação Sexual ampla, pode transformar realidades nos mais diversos níveis.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMBIENTE EM REDE. Informativo do Projeto Educação Ambiental e Saúde. A. 2, n. 3, Rio de Janeiro: SME, jul./ago. 2002.

ALENCAR, Rúbia de Aguiar et al. **Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes**. Ciênc. educ. (Bauru), Bauru, v. 14, n. 1, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132008000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132008000100011>.

ALTMANN, Helena. **A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social**. Educ. rev., Belo Horizonte, n. 46, Dec. 2007 .

_____. **Educação sexual e primeira relação sexual: entre expectativas e prescrições**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 15, n. 2, Aug. 2007.

_____. **Educação sexual em uma escola: da reprodução à prevenção**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 136, Apr. 2009 .

_____; MARTINS, Carlos José. **Educação Sexual: ética, liberdade e autonomia**. Educ. rev., Curitiba, n. 35, 2009 .

_____. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001 .

BIANCON, Mateus Luiz. **A Educação Sexual na escola e as tendências da prática pedagógica dos professores**. Anais do Simpósio Internacional de Educação Sexual da UEM. ISSN 2177-1111. 2005

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Lei nº 60/2009 de 6 de agosto**. Diário da República, 1.ª série — N.º 151 — 6 de Agosto de 2009

_____. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 60 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

CAMARGO, Ana; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade(s) e Infância(s): A sexualidade como um tema transversal**. Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1999.

DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Orgs.) **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011.

CARRADORE, Vânia Maria; RIBEIRO, Paulo Rennes M. **AIDS e educação escolar: Algumas reflexões sobre a necessidade da orientação sexual na escola**. 2004. Disponível em:

<http://www.ichf.uff.br/publicacoes/revista-psi-artigos/2004-2-Cap5.pdf>. Acesso em 09 nov. 2013

DINIS, Nilson; ASINELLI-LUZ, Araci. **Educação sexual na perspectiva histórico-cultural**. Educ. rev., Curitiba, n. 30, 2007 .

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. 12. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 8. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **História da sexualidade 3: O cuidado de si**. 8. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FURLANI, Jimena. **Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual**. Educ. rev., Belo Horizonte, n. 46, Dec. 2007 .

_____. **Mulheres só fazem amor com homens?** A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Pro-posições, v. 19, p. 111-131, 2008.

_____. **Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LAMEIRA, Allan Pablo; GAWRYSZEWSKI, Luiz de Gonzaga and PEREIRA JR., Antônio. **Neurônios espelho**. *Psicol. USP* [online]. 2006, vol.17, n.4, pp. 123-133. ISSN 0103-6564.

LINS, Regina Navarro; BRAGA, Flávio. **O livro de ouro do sexo**. Rio De Janeiro: Pocketouro, 2009.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MANDELA, Nelson. **Long walk to freedom**. 1º ed. Randburg, South Africa. Back Bay Book. 1995. 956p.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ORLANDI, Alfredo. **Os adolescentes e seus problemas sexuais: Respostas de um médico cristão às perguntas iníquas dos rapazes e moças de hoje**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

QUARESMA DA SILVA, Denise; GUERRA, Oscar Ulloa; COLAO, Magda Maria. **Gravidez na adolescência, Educação Sexual e a exclusão escolar: uma questão de gênero**. *Fazendo Gênero*. 2010

QUIRINO, Glauberto da Silva; ROCHA, João Batista Teixeira da. **Sexualidade e educação sexual na percepção docente**. Educ. rev., Curitiba, n. 43, Mar. 2012. Disponível <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em

05 Dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602012000100014>.

ROCHA, Regina et al. **Sexualidade na adolescência e escola**. Rio De Janeiro: Nova Pesquisa, 2008. 76 p.

ROSISTOLATO, Rodrigo Pereira da Rocha. **Gênero e cotidiano escolar**: dilemas e perspectivas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2009, vol.17, n.1, pp. 11-30. ISSN 0104-026X.

_____. **Orientação Sexual na escola**: espaço de construção e reprodução de gêneros. *Fazendo Gênero*. 2010

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, Julio Groppa. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. 3.ed. São Paulo: Summus, 1997. p.97-106.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. 3.ed. São Paulo: Summus, 1997. p.107-118.

TONATTO, Suzinara; SAPIRO, Clary Milnitsky. **Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual**: uma proposta de intervenção em ciências. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, Dec. 2002 .